

O CONCEITO DE POLÍTICA EM MAQUIAVEL E A POLÍTICA COMO MAQUIAVELISMO

O nome Maquiavel tornou-se hoje praticamente símbolo da “política pura” (Benedetto Croce), da política sem adjetivos. A ele é dado o mérito de, pela primeira vez, dissociar este conceito das amarras da tradição: a política se desvencilharia, enfim, dos juízos de valor, para ser iluminada unicamente pela luz nua e crua da realidade. Esta novidade, uma revolu-

ção comparada à de Galileu na física (Prezzolini), estaria pormenorizadamente descrita em – *O Príncipe*. É isso, exatamente, o que gostaríamos, nestas poucas linhas, de colocar em questão. Acreditamos que, para avaliar melhor o legado de Maquiavel, é necessário distinguir claramente o objeto de estudo de *O Príncipe* dos *Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio*.¹

No capítulo I de *O Príncipe*, Maquiavel classifica os vários *dominii*, os *stati* (palavra que não pode ser reduzida à noção moderna de Estado), ou seja, as várias formas de governo até então conhecidas. Maquiavel distingue as repúblicas dos principados, que podem ser hereditários ou novos, os quais, por sua vez, podem ser mistos ou completamente novos. Estes últimos, isto é, aqueles principados que foram adquiridos quer pela fortuna e com as armas que não as do príncipe, quer por meio de sua *virtù* e de seu próprio exército, constituem o objeto de estudo de *O Príncipe*.

“Novos” significa aqui novatos, isto é, conquistadores, não tendo nenhuma conotação de novidade. Em primeiro lugar, o objetivo de *O Príncipe* – regras para a aquisição e manutenção de um principado novo – não é nada novo. Basta compará-lo, por exemplo, com o capítulo XI do livro V da *Política* de Aristóteles, cujo objeto de estudo é o “tirano”.

PAULO LEVORIN*

RESUMO

Análise da obra de Maquiavel sobre o conceito de política, por meio da distinção entre o objeto de estudo de *O Príncipe* e dos *Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio*.

* Doutorando em Ciência Política pela Universidade de São Paulo.

O tirano de Aristóteles e o príncipe novo de Maquiavel são caracterizados por terem adquirido e por manterem um domínio por meio da astúcia e da violência (*Política*, 1313a9; *Príncipe*, cap. VII); ambos têm, para manterem o poder, de se resguardar do ódio e do desprezo, as principais causas de sua queda (1312b17-21; cap. XIX); aos dois é recomendado expulsar os nobres, os mais ricos e pro-

eminentes (1311a15-22 e 1313a 40; cap. VIII); a eles é também recomendado não abusar sexualmente dos dominados ou ao menos não torná-lo público (1314b23-25 e 1314b28-36; cap. VIII e XIX); finalmente, outra concordância fundamental diz respeito à recomendação da hipocrisia (1314a38-b18 e 1314b38-1315a4; cap. XVIII). (Não é estranho a ausência em *O Príncipe* de uma regra, já enfatizada por Aristóteles, que muito provavelmente explicaria uma das causas do esplendor cultural da Florença dos Médici. Ele teria como objetivo: empobrecer os ricos, para que não possam contratar tropas mercenárias; ocupar constantemente os pobres, para que, não havendo ócio, não possam, descontentes, tramar uma revolta; e, finalmente, dar a seus súditos a impressão de um bom governo, voltado exclusivamente ao bem público. Como sabemos, este livro é dedicado a Lourenço de Médici e visa facilitar a volta de seu autor à vida pública).

Em segundo lugar, esta aproximação com o tirano antigo é confirmada pelos exemplos de *príncipe nuovo* que vêm da Antiguidade. Agátocles, por exemplo, é, no capítulo VIII, lembrado por “ter reunido numa manhã o povo e o senado de Siracusa, como se ele tivesse que deliberar assuntos pertinentes à república; porém, com um aceno previamente combinado fez com que seus soldados matassem todos

os senadores e os mais ricos do povo, o que lhe permitiu ocupar e manter o domínio (*principato*) daquela cidade sem nenhuma contenda civil”. Agátocles, conhecido pela historiografia clássica como “o tirano de Siracusa”, antecipa fielmente um dos mais conhecidos feitos de César Borgia, modelo privilegiado na elaboração do tipo ideal do príncipe novo, quando em Sinigália são assassinados friamente, na mesma noite que haviam sido chamados para um encontro de confraternização, os *condottieri* Orsini e Vitelli. Como a quase totalidade dos nomes citados em *O Príncipe* são reconhecidos por todos os historiadores antigos e modernos como tiranos, a questão está na razão pela qual aparece no capítulo VI os nomes de Moisés, Ciro, Rômulo e Teseu. Essas figuras semimíticas sempre foram unanimemente compreendidas como fundadores – de Israel, da Pérsia, de Roma e de Atenas, respectivamente – ocupando um patamar que as distinguia dos meros conquistadores, dos meros tiranos. O que permite, no entanto, Maquiavel aproximar estes dois grupos? O que os une, como ele diz, é o fato de que ambos só alcançaram os seus objetivos por causa das armas. Usando uma de suas frases mais famosas, neste mesmo capítulo: “todos os profetas armados vencem, todos os desarmados fracassam”. De qualquer modo, é mantida a distinção entre os fundadores semimíticos de reinos duradouros e os tiranos de carne e osso, que como Hieron, Dionísio ou Dario, na Antiguidade, Visconti, Sforza, d’Este, Bèntivogli ou mesmo Medici, na Renascença, jamais tiveram uma preocupação maior que iniciar uma dinastia.

Nem a figura do príncipe novo nem os conselhos a ele encaminhados nesse livro constituíram alguma novidade, mas somente a sua interpretação. O que faria de Maquiavel o Galileu da política seria, em primeiro lugar, a recusa de um enfoque normativo de seu objeto de estudo – sem dúvida alguma, a distinção entre o bom e o mau governo, central no pensamento político clássico, está ausente de *O Príncipe*; em segundo lugar, a violência e a astúcia seriam os meios indispensáveis a toda ação política. Não é esta a nossa opinião. E por um motivo muito simples: em *O Príncipe* não aparece sequer uma única vez a palavra “política”. Para falarmos de uma teoria política em Maquiavel, para compreendermos melhor a sua noção de política, devemos recorrer aos *Discursos*.

Nos capítulos XXV e XXVI do primeiro livro, está posto de uma maneira clara o que distingue este livro do anterior. Ao tomar a Roma clássica como objeto de seu estudo e modelo a ser imitado, Maquiavel expõe inequivocamente seu credo político: ela possibilitou um *vivere libero*, uma *vita civile*

ou ainda um *vivere politico*, impossível de ser seguido numa *potestà assoluta*, a qual é chamada *tirania*. Poucas linhas depois, ele nomeia o titular deste domínio: o *nuovo principe*. A mesma distinção encontramos no capítulo LV do primeiro livro. Criticando os nobres (*gentiluomini*) que vivem exclusivamente no ócio, devido à abundância de suas posses e, principalmente, os que possuem fortificações e súditos que o obedecem, como em Nápoles, na Romagna e na Lombardia, Maquiavel conclui que “naquelas províncias não surgiu nenhuma república nem algum viver político, porque tais gerações de homens são inimigos de toda civilidade”, cabendo-lhes exclusivamente, para que possam ser reordenadas, uma *potenza assoluta*. Não é o que ocorreu com as três repúblicas – Florença, Siena e Lucca – que souberam “manter a sua liberdade”. E prossegue: “tudo concorreu para que não houvesse nessas províncias nenhum senhor de fortificações e ainda nenhum ou pouquíssimos nobres”, introduzindo-se, por outro lado, um “viver político”. Ao terminar esse capítulo, Maquiavel conclui acerca da distinção fundamental entre essas duas formas de governo: “portanto, uma república é constituída onde há uma grande igualdade e um principado, onde há uma grande desigualdade”.

Sem romper com uma perspectiva que privilegia o enfoque normativo da questão, podemos, sem exagero, considerá-lo como um dos fundadores de uma outra longa e gloriosa tradição: o “republicanismo clássico” (Zera Fink). Maquiavel recusa o ideal de uma comunidade eticamente homogênea. O seu pessimismo antropológico não permite conceber uma forma de governo cujo princípio (no sentido que Montesquieu dá ao termo) fosse a virtude (seja a *arete* grega, seja a *pietà*, a *fede*, a *integrità*, a *umanità* e a *religione* que os reis católicos deveriam possuir). É o que fica claro ao lermos o capítulo XVII de *O Príncipe* – “dos homens podemos dizer que são ingratos, instáveis, simuladores e dissimuladores, medrosos, avaros” – ou o capítulo XXXVII do primeiro livro dos *Discursos*, no qual é dito que é de sua natureza que os homens desejam mais do que podem conseguir, estando sempre insatisfeitos com o que possuem, causa de “toda inimizade e toda guerra”. Tomando essa característica humana como irrefutável, a questão maquiaveliana pode ser assim resumida: como é possível em meio à pluralidade de interesses antagônicos, onde um *consensus omnium* é, por princípio, descartado, estabelecer um *vivere politico*, isto é, um convívio civilizado entre as partes conflitantes? Esta questão e a resposta dada a ela por Maquiavel determinarão toda uma longa corrente

de pensadores políticos, entre eles Jonathan Swift, James Harrington, John Milton, Algernon Sydney, Bolingbroke e Montesquieu.

Enquanto, no ideal greco-cristão, a comunidade não pode conviver com nenhuma forma de facção, já que ela se funda no consenso comum, e não na pluralidade de interesses e valores, – em Maquiavel as facções não prejudicam em nada o viver político. Pelo contrário: como ele descreve no capítulo IV do primeiro livro, a “causa” de Roma ter-se mantido livre foram “os tumultos entre os nobres e a plebe”. Melhor dizendo, o conflito em si não é a causa imediata dessa liberdade; ele é necessário, porém não suficiente. A *publica libertà*, isto é, a liberdade republicana – anterior à moderna liberdade individual, que pressupõe a igualdade jurídica entre os homens –, nasce da desunião entre o povo e os grandes. Há uma passagem, no capítulo IX de *O Príncipe*, que torna bem mais clara essa nuance: “o povo deseja não ser nem comandado nem oprimido pelos grandes e estes desejam comandar e oprimir o povo”; da qual ele conclui que desses dois apetites pode surgir ou um principado (“causado pelo povo ou pelos grandes”), ou a liberdade, ou ainda a licenciosidade. O primeiro se dá quando o conflito entre o povo e a nobreza é suprimido por um domínio absoluto, caracterizado pelo emprego exclusivo da violência e da astúcia; já a liberdade – e este é um tema que está ausente de *O Príncipe* – quando esse conflito é institucionalizado, quando ele for submetido às *ordini*; a licenciosidade, finalmente, surge na ausência de um príncipe ou de um quadro institucional.

É no capítulo II do primeiro livro dos *Discursos* que Maquiavel descreve a única forma de governo, o *stato*, as *ordini* que possibilitam o viver político, a igualdade civil, a liberdade pública. Esse capítulo espelha o livro VI das *Histórias* de Políbio, onde são descritas, pormenorizadamente, as instituições da Roma republicana. A história é vista como uma troca contínua entre dominantes e dominados. Depois de viverem por muito tempo dispersos, os homens, já em sociedade, elegem, para sua segurança, o mais forte e bondoso entre eles, passando a obedecê-lo. Sendo os próximos príncipes não mais eleitos, mas sucedidos hereditariamente, o governo de um só degenera numa tirania. Da revolta que ela traz, surge um grupo pequeno, os *ottimati* – nobres e ricos, mas generosos – que, com a ajuda do povo, instituem uma aristocracia. Esta, ao passar às mãos de seus herdeiros, transforma-se numa oligarquia, num governo em proveito dos nobres, que, por sua vez, é derrubado pelo povo. O governo do povo torna-se logo licencioso; e da

anarquia que ele provoca surge uma nova aristocracia, iniciando uma nova fase nesse ciclo contínuo. Maquiavel ao localizar o motivo dessa instabilidade na “insolência dos grandes” e na “licenciosidade dos universais”, não propõe, como vimos, a supressão desses impulsos. A solução está no equilíbrio de forças entre os nobres e o povo por meio de regras de convivência mutuamente aceitas.

Esses arranjos institucionais, essas *ordini*, que fizeram de Roma uma *republica perfetta*, consistiam em manter “em uma mesma cidade o principado, os excelentes (*ottimati*) e o governo popular”. Os dois cônsules (que foram instituídos após o banimento do rei de Roma, cuja função principal era a preparação e o comando do exército), os senadores (representantes dos patrícios) e os tribunos (representantes da plebe) formavam o quadro institucional romano – que mais tarde será chamado pelos Federalistas, ao retomarem a leitura dos clássicos do pensamento político, *checks and balances*, isto é, os freios que permitiriam que as partes se equilibrassem entre si. Assim, todas as principais propostas políticas (impostos, declarações de guerra, acordos com as potências estrangeiras, banimentos, etc.) eram previamente submetidas a cada um dos elementos desse governo misto, que poderia vetá-las. O equilíbrio entre esses dois grupos sociais antagônicos (nobreza e povo), que a mistura dos três elementos proporciona, é, para Maquiavel, a garantia contra toda forma de governo degenerada, e, portanto, efêmera e cruel: contra a insolência dos nobres e contra a licenciosidade do povo, que trazem em si o germe da tirania. Isso não significa, como já dissemos, que esses impulsos sejam eliminados – como se pretendia na Grécia antiga, quando a formação da virtude pública, a *phronesis*, era o objetivo primeiro da comunidade política, ou em um reinado orientado pelos princípios da fé católica, na Idade Média –, e sim neutralizados por um artifício institucional, impedindo-os de se tornarem o princípio de uma forma de governo.

Com base no que dissemos, podemos concluir que a verdadeira novidade, da qual Maquiavel foi um dos principais arautos, consiste não no desenvolvimento de uma teoria da ação, entendida como regras sobre o uso dos meios mais eficazes (a violência e a astúcia) para a obtenção e a conservação do poder sobre os outros, mas na elaboração de uma doutrina constitucional, entendida como regras para o convívio pacífico entre as partes conflitantes de uma mesma sociedade. Apesar de estar preso por vários laços à tradição – como a

concepção estamental da sociedade e a concepção cíclica da história ou a ausência de uma divisão entre Estado e sociedade, por exemplo –, não há como negar a inovação que a doutrina política maquiaveliana traz em relação à formação do Estado constitucional moderno. Maquiavel reconhece, em primeiro lugar, a irredutibilidade do conflito social, ou seja, a impossibilidade de haver qualquer homogeneização da sociedade por meio de um princípio ético ou religioso qualquer, motor de todas as nossas ações. Em segundo lugar, ele acredita que esses conflitos, causa de todos os males sociais quando entregues a si, possam ser institucionalizados. Graças ao engenhoso arranjo institucional característico do governo misto, a paz social, o maior bem que uma sociedade pode almejar, independe da *virtù* humana para a sua realização e conservação, como também estaria a salvo das intempéries da fortuna. O republicanismo clássico de inspiração romana, que tem nos *Discursos* um dos exemplos pioneiros e mais ilustres, foi a primeira tentativa de, no início do processo de laicização da política, estabelecer um governo das leis que substituísse de vez as mazelas dos sempre efêmeros e cruéis governos dos homens.

Por que, então, diante de tudo que dissemos, a associação entre o nome de Maquiavel e a concepção de política entendida como astúcia e violência nos soa tão normal, tão evidente? Foram os antimaquiavelistas, no século XVI e no XVII, que tornaram essa associação possível por meio de dois passos distintos: no primeiro, surge o termo “maquiavelista” para cunhar aqueles que fazem uso da astúcia e da violência para atingir ou se manter no poder; no segundo, essa designação será dada aos “políticos”.

Em 1576, Innocent Gentillet publica os *Discursos sobre os meios de bem governar e manter em boa paz um reino ou outro principado divididos em três partes, a saber: do Conselho, da Religião e Polícia que deve ter um Príncipe. Contra o Florentino Nicolau Maquiavel*, dedicado ao filho mais novo de Henrique II e Catarina de Médici – um livro que será várias vezes reeditado e que terá uma grande repercussão tanto no seu século quanto no próximo. O autor queixa-se de que, desde a morte de Henrique II, em 1559, a França seria governada *à l'italienne* ou *à la florentine*. Desde então, a velha maneira francesa de governar – quando o rei estava preso às deliberações da Corte e se obrigava a cuidar da alma e do bem-estar material dos seus súditos – teria dado lugar a um governo ateu, preocupado unicamente com

os meios de se manter no poder. O fato decisivo, para Gentillet, foi a Noite de São Bartolomeu, em 1572, quando Henrique II teria seguido o modelo do ardil montado por César Borgia – o assassinato dos *condottieri* Orsini e Vitelli na mesma noite em que os havia convidado, descrito no capítulo XIII de *O Príncipe* – eliminando os líderes huguenotes e desencadeando uma perseguição sangrenta a seus seguidores. É interessante notar que o livro do huguenote Gentillet não se volta contra os católicos, mas sim contra os “maquiavelistas” – termo com o qual ele designa Catarina de Médici e a sua Corte; que o mal que persegue a França se deve menos ao fanatismo religioso que ao ateísmo e amoralismo destes. Só assim faz sentido a dedicatória de um huguenote ao duque Francisco de Alençon, um católico: seu objetivo era aliciá-lo não a uma causa religiosa, mas contra o ateísmo dos “maquiavélicos” da Corte francesa.

Na França dos conflitos religiosos, às vésperas da Noite de São Bartolomeu, surge uma terceira força, cujo objetivo era salvar o reino, pregando o fim das lutas religiosas mediante a tolerância e desobrigando o rei a se aliar aos católicos radicais na perseguição aos huguenotes; surge o partido dos moderados, os *politiques*. Contra essa força cada vez mais influente, liderada sobretudo por Condé e Montmorency, se insurgiram sobretudo os jesuítas. Estes viam nos “políticos”, mais que na minoria herege, os verdadeiros inimigos do reino; pois, enquanto os últimos eram inimigos declarados da Igreja Católica, aqueles o combatiam oculta-mente, sob o manto da fé católica. No final do século XVI e ao longo do século XVII, houve, principalmente na França e na Espanha, uma contínua tentativa de desmascarar os políticos, apontando para o suposto ateísmo que se escondia atrás de sua religiosidade hipócrita e sua intenção dominadora. Para os seus críticos, no entanto, não havia dúvida alguma de que a fonte que os inspirava, o mestre que guiava as suas ações, era Maquiavel. Essas inquietações são encontradas de maneira claríssima, por exemplo, na obra de Pedro de Ribadeneyra, da Companhia de Jesus, publicada em 1595, o *Tratado sobre a religião e as virtudes que um príncipe cristão deve manter para a condução e manutenção do seu Estado*; que tem por subtítulo *... contra o que Nicolau Maquiavel e os políticos deste tempo ensinam*. A expressão “político”, portanto, associada à astúcia e à violência, associada à maquiavélico – palavra que, por sua vez, desde 1576, torna-se pejorativa –, é fruto da propaganda ideológica, em meio aos conflitos religiosos do século XVI e do XVII.

NOTAS

1. As citações de Maquiavel são baseadas nas edições *Discorsi sopra la prima deca di Tito Livio*, Milano, 1984 e *Il Principe*, Milano, 1986. Entre os poucos intérpretes que retratam o pensador florentino como um dos maiores expoentes do republicanismo clássico, foram úteis para este pequeno ensaio: H. Baron, *The Crisis of the Early Italian Renaissance*, New Jersey, 1966; F. Gilbert, *Machiavelli and Guicciardini*, New Jersey, 1965 e *History: Choices and Commitment*, Londres, 1977; J. G. A. Pocock, *The Machiavellian Moment*, New Jersey, 1975; e F. Raab, *The English Face of Machiavelli. A changing Interpretation 1500-1700*, London/Toronto, 1965. Fundamentais, porém, para a sustentação da tese aqui desenvolvida foram dois autores: G. Sasso, *Nicolò Machiavelli. Storia del suo Pensiero Politico*, Bologna, 1980, e a sua introdução aos *Discorsi*, Milano, 1984; D. Sternberger, *Drei Wurzeln der Politik*, vol. I e II, Frankfurt am Main, 1978, e *Machiavellis 'Principe' und der Begriff des Politischen*, in "Herrschaft und Vereinbarung", Frankfurt am Main, 1980.

BIBLIOGRAFIA

BARON, H. (1966), *The Crisis of the Early Italian Renaissance*. New Jersey.

GILBERT, F. (1965), *Machiavel and Guicciardini*. New Jersey.

_____. (1977), *History: Choices and Commitment*. London.

MAQUIAVELLI, N. (1984), *Discorsi sopra la prima deca de Tito Livio*. Milano.

_____. (1986), *Il Principe*. Milano.

POCOCK, G. A. (1975), *The Machiavellian Moment*. New Jersey.

RAAB, F. (1965), *The English Face of Machiavelli. A changing Interpretation 1500-1700*. London / Toronto.

SASSO, G. (1984), "Introdução", in Nicolò Machiavelli, *Discorsi sopra la prima deca di Tito Livio*. Milano.

_____. (1980), *Nicolò Machiavelli. Storia del suo Pensiero Político*. Bologna.

STERNBERGER, D. (1978), *Drei Wurzeln der Politik*. Vol. I e II, Frankfurt am Main.

_____. (1980), "Machiavellis 'Principe' und der Begriff des Politischen", in *Herrschaft und Vereinbarung*. Frankfurt am Main.